

O DEBATE “AGRICULTURA FAMILIAR VERSUS AGRONEGÓCIO”: AS JAULAS IDEOLÓGICAS PRENDENDO OS CONCEITOS

Alexandre da Silva¹
Raquel Breitenbach²

Resumo

Os conceitos “Agricultura Familiar” e “Agronegócio” foram e estão sendo construídos tanto no meio acadêmico/científico quanto no meio político/ideológico. Esse processo de construção distinto faz com que se formatem discussões questionáveis, tais como o contraponto “agricultura familiar versus agronegócio”, no qual fica explícita uma compreensão distinta do conceito agronegócio. O conceito de *Agribusiness* (traduzido livremente para o português como “agronegócio”) teve sua procedência na Universidade de Harvard e foi desenvolvido pelos pesquisadores John Davis e Ray Goldberg em 1957. Estes o definiram como resultado do processo que envolve as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, de produção nas unidades agrícolas, armazenamento, processamento, e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. Os autores reconheceram que a agricultura não pode ser considerada isolada dos demais processos de fabricação de alimentos, sendo parte de uma grande rede de agentes econômicos, desde a produção de insumos até distribuição de produtos agrícolas (ZYLBERSZTAJN, 2005). O que se busca nesse ensaio, é apresentar a incoerência da discussão “agricultura

¹ Mestre e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Professor e coordenador do Curso de Agronomia do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - Faculdade IDEAU. E-mail: as_agro@yahoo.com.br

² Mestre e Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. E-mail: raquel.breitenbach@sertao.ifrs.edu.br

familiar versus agronegócio", visto que a agricultura familiar – como os demais tipos de agricultura – faz parte do *Agribusiness*. Essa alteração é por vezes sustentada pela linha de formação dos profissionais de ciências agrárias, já que até em algumas instituições renomadas, esse tipo de discussão é fomentada.

Palavras-chave: agricultura familiar, agronegócio, conceitos contraditórios

THE DISCUSSION "FAMILY FARMING AGAINST AGRIBUSINESS": THE IDEOLOGICAL CAGES HOLDING CONCEPTS

Abstract

The concepts "family farming" and "agribusiness" were and are built both in the academic / scientific as in the political / ideological environment. This distinct construct process makes them born questionable discussions, such as the counterpoint "family farming against agribusiness", in which ideology is explicit in the interpretation of agribusiness concept. The agribusiness concept had its origins at Harvard University developed by researchers John Davis and Ray Goldberg in 1957. They defined the concept as the result of the process involving the operations of production and distribution of agricultural supplies, agricultural production units, storage, processing, and distribution of agricultural products and items produced from them. The authors recognized that agriculture can not be considered in isolation from other manufacturing processes of food, being part of a larger network of economic agents, from production of raw materials to distribution of agricultural products (ZYLBERSZTAJN, 2005). What is sought in this work is to show the inconsistency of the discussion "family farming against agribusiness", since the family farming - like other types of agriculture - is part of agribusiness. This controversy is sometimes sustained by the line training of agricultural sciences, as even some renowned institutions, such discussion is encouraged.

Key words: agribusiness, family farming, questionable discussions

1. INTRODUÇÃO

A utilização de termos específicos nos estudos teóricos e empíricos ligados ao rural carece, muitas vezes, de uma reflexão mais criteriosa acerca de seus significados. Termos idênticos utilizados por pessoas diferentes podem acabar recebendo um tratamento/definição distinto(a); por outro lado, termos distintos também podem receber tratamento como análogos quando usados por pesquisadores/intelectuais diferentes. No meio acadêmico ocorre em demasia o que foi exposto acima, porém, quando essas discussões saem desse meio e ocorrem no âmbito do senso comum, esse processo se acelera e intensifica, podendo originar confusão teórica ou ideologização de conceitos.

Os termos Agricultura Familiar e Agronegócio são conceitos comumente geradores de discussões conflitantes, termos estes que se pretende apresentar e discutir nesse ensaio. De forma recorrente se escuta ou se lê a frase “agricultura familiar versus agronegócio”, como se ambos fossem conflitantes e não pudessem coexistir no Brasil, o que seria uma incongruência, haja vista o significado conceitual dos dois termos – também explorados nesse artigo.

Alguns autores, ao levantarem essa dicotomia chamam a atenção para uma confusão teórica ou a ideologização de um ou de ambos os conceitos. Primeiramente, ao se afirmar que a agricultura familiar se opõe ao agronegócio, se considera a agricultura familiar e suas explorações como desvinculadas do mercado e/ou não inseridas nos mercados comumente considerados pelo agronegócio, seja este o mercado fornecedor de insumos para a produção ou o mercado comprador das produções agropecuárias em nível de propriedades rurais. Em segundo lugar, seguindo a reflexão, defenderia essa contraposição ainda, quem considera o agronegócio como sinônimo de modelo de produção agro-exportador, ou de grandes produções. Ressalta-se que nem a primeira, nem a segunda hipótese podem ser comprovadas do ponto de vista teórico.

Cabe ressaltar, que não se objetiva nesse trabalho fazer um juízo de valor aos que não utilizam o agronegócio no seu sentido seminal, como é o caso de Delgado (2010), Grzybowski (2010) e Oliveira e Stédile (2005), mas utilizar suas produções para enriquecer o debate aqui proposto. Estes são exemplos de autores que utilizam o termo agronegócio de forma distinta do marco teórico aqui defendido e, especialmente Oliveira e Stédile (2005), carregam o termo agronegócio de ideologia, trajando-o de “vilão” para o desenvolvimento nacional. Afirma-se isso haja vista que esses autores consideram o termo como sinônimo de grandes explorações

agropecuárias para a exportação, que agridem o meio ambiente e geram inúmeras desigualdades sociais.

Nesse estudo buscamos apresentar e discutir os dois conceitos (agricultura familiar e agronegócio) visando demonstrar que a discussão agricultura familiar versus agronegócio é totalmente dispensável, pois são termos e conceitos que apresentam uma interdependência e complementaridade, ao contrário do que é defendido por muitas pessoas, sejam elas do meio acadêmico, pesquisadores, do meio político ou da sociedade em geral.

Para tanto, no decorrer desse esforço, serão apresentados os seguintes itens: i) uma explicação conceitual e legal inerente à agricultura familiar; ii) uma apresentação acompanhada de reflexões acerca do conceito "agronegócio"; iii) a interação entre os conceitos e o posicionamento do trabalho em relação aos debates ideologizados e, por fim; iv) o fechamento do trabalho apresenta as considerações e fatos que são depreendidos dos discursos analisados, formatando o posicionamento e análise crítica que dá corpo a esse esforço.

2. AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é um grupo social que ocupa lugar de destaque na produção agropecuária brasileira. Isso ocorre pela capacidade de produzir e movimentar a economia nos âmbitos local e nacional e gerar postos de trabalho em ocupações sociais e economicamente produtivas. Conforme Tarsitano, Fabrício e Proença (2006), a agricultura familiar é o formato de organização da agropecuária que predomina em todo mundo. Trata-se de uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital é controlado pela família. Neves (2006, p. 47) acrescenta que essa categoria é "a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas".

Neves (2006) constatou ainda, a partir de seus estudos acerca da realidade brasileira, que o termo agricultura familiar surgiu a partir da convergência de esforços de intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com apoio de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Para os efeitos da Lei (LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.), considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural

aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

São também considerados agricultores familiares:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Ainda no sentido legal, e especialmente ilustrando a diversidade de realidades na agricultura, temos a contribuição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2000), o qual distingue os agricultores em três importantes grupos: a) os que estão inseridos no campo de atividades econômicas integradas ao mercado, classificados como capitalizados; b) os descapitalizados ou em transição, mas com algum nível de produção destinada ao mercado; c) os residentes no espaço rural, assalariados agrícolas e não agrícolas com produção agropecuária voltada quase que exclusivamente ao auto-consumo.

Tanto Lamarche (1998) quanto Wanderley (1999) destacam agricultura familiar como um conceito genérico, porém possuem uma relação estreita com o campesinato. Wanderley alerta que o agricultor familiar pode ser moderno e inserido no mercado, mas

mesmo assim guarda características camponesas, pois tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, já que fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (Wanderley, 1999).

O termo agricultura familiar é aqui utilizado com base – especialmente - em Schneider (2006), que afirma que a permanência da agricultura familiar no tempo não é estática e dependerá da sua relação com formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, em certo espaço e contexto histórico. O autor critica o habitual reducionismo classificatório dos estudos sobre agricultura familiar, já que nem a categoria trabalho familiar, nem a contratação ou não de assalariados, nem as relações com o mercado servem, isoladamente, como critérios para sua definição.

Como contribuição, Schneider (2006) elabora elementos úteis para uma compreensão mais abrangente da Agricultura Familiar: forma de uso do trabalho (força de trabalho dos membros da família); obstáculos oferecidos pela natureza que impedem uma eventual correspondência entre a atividade produtiva agrícola e industrial (tempo de trabalho menor que tempo de produção); compreensão das formas de articulação da Agricultura Familiar com o ambiente social e econômico em que estiver inserida. Como uma característica importante, o autor cita a natureza familiar das atividades agrícolas, que estão assentadas nas relações de parentesco e de herança existentes entre seus membros. Isso permite agilidade nas decisões e nas ações. Portanto, “a reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos” (SCHNEIDER, 2006, p. 26).

Complementar a isso, destacam-se estudos da FAO/INCRA (1994) - encontrados em Oldade (2004, p. 1) – que afirmam:

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Como pode ser observado a partir das exposições acima, a agricultura familiar possui significativa importância para o desenvolvimento socioeconômico do país, porém, seu reconhecimento e sua participação na pauta das políticas agrícolas só se deu a partir da década de 1990. A forma pela qual se tornou visível esse reconhecimento foi a partir da implantação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996 e da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Cabe ressaltar, que essa modificação se deu, especialmente, a partir de pressões exercidas pelos movimentos sociais rurais organizados que passaram a reivindicar maior apoio estatal para esta forma de organização produtiva no campo.

Acerca da criação do termo agricultura familiar e da inserção a ele de diversas categorias, temos a contribuição de Schneider (2003, p. 100):

Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais.

Já Abramovay (1992), ao refletir acerca da categoria de agricultor familiar, destaca e alerta para a possibilidade de uma agricultura familiar intensamente introduzida em mercados cada vez mais dinâmicos e competitivos, inclusive com o uso intensivo de tecnologias modernas. Isso é afirmado também no trabalho de Abramovay, Magalhães e Schröder (2005), os quais destacam que unidades produtivas ao alcance da capacidade de trabalho de uma família podem afirmar-se economicamente e com sucesso econômico em mercados competitivos – o que já dá uma clareza em relação à inserção da agricultura familiar no agronegócio, seja a partir de mercados tradicionais, ou ainda a partir da inserção nos canais de “economia solidária” e “comércio justo”.

3. AGRONEGÓCIO: CONCEITOS E REFLEXÕES

O conceito de *Agribusiness* teve sua origem na Universidade de Harvard, desenvolvido pelos pesquisadores John Davis e Ray A. Goldberg no ano de 1957. Estes autores definiram o termo como sendo o resultado de um processo que envolve as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento, além da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles. A discussão partiu do reconhecimento, por esses autores, de que a agricultura não poderia ser considerada isolada dos demais processos de fabricação de alimentos. Dessa forma, a agricultura passa a ser abordada como parte de uma grande rede de agentes econômicos, desde a produção de insumos até distribuição de produtos agrícolas (ZYLBERSZTAJN, 2005).

Conforme Lopes (1999), o modelo de integração de esforços entre todos os setores, de forma articulada e competente, para a defesa do agronegócio como um todo, ainda não foi experimentado no Brasil. Não há mais como se pensar a agricultura de um lado e os setores “para fora da porteira” de outro.

Para entender melhor o termo acima descrito, faz-se necessário um apanhado dos principais conceitos relacionados aos estudos agroindustriais para que se tenha uma compreensão ampla e cronológica de como os estudos foram evoluindo e/ou como novas óticas acerca desse assunto foram surgindo com o passar do tempo. Tal fato é importante nesse trabalho para demonstrar o cunho conceitual e os esforços em se explicar as relações holísticas que se formam “antes e depois da porteira”, saindo assim da ideologização e viés polfítico dos discursos.

3.1. Cronologia das análises sistêmicas aplicadas nas atividades agropecuárias

Em 1957, a agricultura deixou de ser vista de modo estanque e individual e, desde então, passou a ser encarada como uma atividade dinâmica e conjunta. Nesse ano, John H. Davis e Ray A. Goldberg (1957), ambos da escola de Harvard, desenvolvem o conceito de *Agribusiness*, como sendo o conjunto das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas fazendas, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos e itens produzidos a partir dele. Zylbersztajn (2005) mostra o enfoque de sistemas de *Agribusiness* na Figura 1.

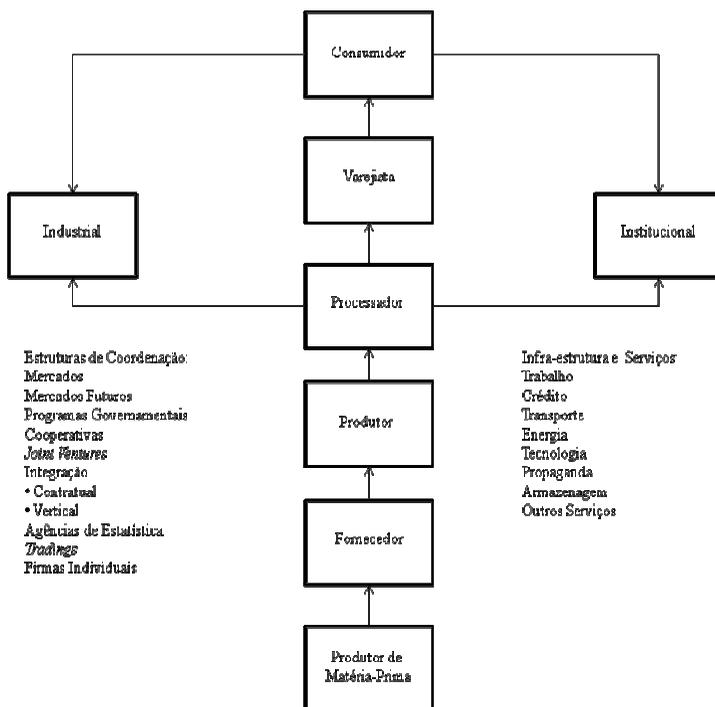


Figura 1 – Enfoque de sistemas de Agribusiness

Fonte: (Adaptado de Shelman, 1991; apud. Zylbersztajn, 2005).

Esse referencial originou a abordagem feita por Goldberg (1968), denominada *Commodity System Approach (CSA)*, em que se analisam as relações das atividades e das organizações ligadas diretamente a uma matéria-prima – ponto de partida da análise. O autor salienta a concepção inicial de seu trabalho com o intuito de estudar a administração pública e privada e o desenvolvimento efetivo de políticas e estratégias relacionadas às commodities analisadas, além da busca pelo entendimento da interação entre os agentes participantes na produção desses produtos. A formulação de políticas públicas ligadas a um determinado setor deve passar pelo entendimento das políticas e pelo entendimento das implicações

dentro de um sistema de commodity, em sua totalidade, salienta o autor.

Um CSA inclui os participantes na produção, processamento e mercado de um único produto agrícola. Estão incluídos os fornecedores de insumos aos produtores, agentes armazenadores, processadores, atacadistas e os varejistas envolvidos no fluxo de uma commodity desde o início do processo até o consumidor final. São igualmente incluídas as instituições que influenciam e coordenam os sucessivos estágios do fluxo da commodity, como Governo, mercados futuros e associações de mercado. Essas instituições coordenadoras e instituições ligadas à atividade exercem papel importante no sistema de commodity no agronegócio, devido ao caráter agrônomico ímpar relacionado às indústrias.

Outro conceito importante surge por volta dos anos 60 e é oriundo da escola francesa. O conceito conhecido como Análise de *Filière*, de acordo com Malassis (apud TALAMINI e PEDROZO, 2004), compreende os itinerários seguidos por um determinado produto dentro do sistema de produção-transformação-distribuição e os diferentes fluxos a ele ligados, comportando dois aspectos fundamentais: a sua identificação e a análise dos mecanismos de regulação. Ou seja, conforme Arbage (2004), o conceito de *filière* ressalta a seqüência de atividades que transformam uma matéria-prima de base em um produto de consumo perfeitamente identificado pelo consumidor final. Além disso, os componentes de uma "*filière agro-alimentaire*" compreendem produtos, itinerários, agentes e operações, bem como podem contemplar, dependendo do objetivo de análise, os métodos de regulação do produto.

Um foco de análise mais recente é oriundo da busca de ferramentas que auxiliem a gestão das organizações. Advindo da literatura administrativa, o conceito de "*Supply Chain*" ou Cadeia de Suprimentos, assim como o conceito de "*Supply Chain Management* (SCM)" ou Gestão da Cadeia de Suprimentos serão aqui apreciados. Cooper e Lambert (2000) explicam que o Fórum Global da Cadeia de Suprimentos define que SCM é a integração dos processos chaves de uma extremidade a outra, tendo como fim o consumidor, passando através de seus fornecedores, dos serviços e das informações que adicionam valor para clientes e outras partes interessadas. Esse foco de análise ganha importância nos negócios modernos, como ressaltam Cooper e Lambert (2000), haja vista que os negócios individuais já não competem como entidades unicamente autônomas, mas sim como cadeias de suprimentos, tornando mais competitivos os agentes envolvidos, ou seja, o

panorama atual exige a concorrência entre cadeias e se salientará a cadeia que tiver maior habilidade da gerência em integrar a rede e administrar os relacionamentos entre os agentes componentes da rede.

Essas definições, mesmo que breves, demonstram o rol de conceitos e esforços que formam tanto aportes teóricos como ferramentas metodológicas aplicadas no âmbito do setor primário e suas relações com os outros agentes que formam o agronegócio. Deve ficar claro nessa breve revisão a importância desses esforços e o quanto contribuem para análises científicas e acadêmicas nas ciências agrárias e sociais aplicadas.

4. AGRICULTURA FAMILIAR *VERSUS* AGRONEGÓCIO?

O termo agronegócio possui uma definição abrangente - como pode ser observado a partir das definições supracitadas – tornando fundamental o alerta para a necessidade de uma análise também no nível de cadeia produtiva e em nível mais regional para identificação mais clara das complexidades inseridas no agronegócio. Além dessa complexidade acerca do termo, o mesmo ainda sofre com o deslocamento de interesses dos que o estudam, gerando distintas compreensões conceituais, ideologização de conceitos e batalhas no campo conceitual, travadas entre teóricos que, de um lado, buscam defender a utilização do termo na sua forma original com base no conceito seminal e, por outro lado, teóricos que defendem o termo com conceito distinto e por vezes utilizado como sinônimo de “grande exploração para exportação”.

É a partir da compreensão/utilização distinta do termo agronegócio que surge, também, uma falsa dicotomia entre agronegócio e agricultura familiar. Essa falsa dicotomia alerta para a impossibilidade de coexistência de ambos, demonstrando ou falta de domínio teórico por parte de quem prolifera essa ideia ou opção por teoria distinta ou, ainda, uma compreensão diversa da teoria. Nessa etapa da discussão se busca trazer mais argumentos no sentido de desconstruir essa ideia dicotômica e demonstrar que ambos os termos/contextos não só coexistem como são interdependentes.

A partir da pesquisa e leitura de materiais já publicados acerca do tema aqui debatido, nos deparamos com diversas contribuições de autores, sejam eles reforçando a dicotomia ou alertando para a não existência concreta da mesma. Para Valente (2008) agronegócio não deveria despertar tanta polêmica já que é um conceito descritivo, de provável inspiração positivista haja vista sua simplicidade. Porém, alguns exemplos a serem destacados a

seguir, deixam claro que existem diferenças na forma de interpretar e tratar o termo por diferentes pesquisadores/publicações.

Oliveira e Stédile (2005) possuem as seguintes opiniões acerca do tema:

O poder de influência do agronegócio é tão grande que afeta também intelectuais e jornalistas, que reproduzem a luta ideológica nos meios universitários e na imprensa. É comum vermos artigos e reportagens cantando em prosa e verso as belezas do agronegócio. Alguns intelectuais, inclusive com origem na esquerda, defendem que a saída para a pequena agricultura seria também entrar no agronegócio. E alguns sindicalistas copiaram mal essa idéia e chegam a falar em "agronegocinho". Não percebem que, de fato, há uma luta entre dois modos de organizar a produção agrícola em nossa sociedade. O modo do agronegócio, que já descrevemos acima, que se baseia na grande propriedade, modernizada, quase sem trabalhadores, usando todo tipo de agrotóxico, monocultura, que não respeita o meio ambiente. E, de outro lado, a agricultura camponesa, baseada em estabelecimentos agrícolas familiares, menores, que se dedicam à policultura (produzem vários produtos), que se dedicam à produção de alimentos, dão trabalho a milhares de pessoas, da família e de fora da família, que produzem e desenvolvem o mercado local e interno (OLIVEIRA E STÉDILE, 2005, p 33).

Os autores consideram o termo agronegócio como um ator social e, mais que isso, um modelo de exploração agropecuária, uma forma de exploração e uma ideologia dominante. É uma leitura distinta daquela seminal, porém é possível e é utilizada para a luta política dos movimentos sociais, porém que tem penetrado também na academia.

Os autores alertam e contrariam a argumentação de outros intelectuais que acreditam ser possível a convivência entre agronegócio e agricultura familiar. Porém, os autores consideram como dois "modelos" distintos e a defesa de sua coexistência seria "apenas uma forma envergonhada de defender o agronegócio" (OLIVEIRA E STÉDILE, 2005, p 33). Carvalho Filho (2004) corrobora

a essa afirmação e destaca que assentamentos com miséria e destruição da produção familiar é consequência do avanço e transformações do agronegócio.

Sauer (2008) e Wilkinson (2007) também alertam para a adoção dessa contradição “agronegócio patronal” versus “agronegócio familiar” por parte de especialistas e também técnicos do governo, na tentativa de expressar a compreensão da agricultura familiar como um subconjunto do agronegócio e, portanto, validar sua presença no campo das políticas públicas.

Teubal (2008, p. 151) ao trazer para discussão a importância que a luta pela terra tem frente à globalização, acaba por considerar que “existem mudanças importantes na natureza do capitalismo mundial [...], no qual adquirem um papel importantíssimo as grandes empresas agroindustriais multinacionais, os agronegócios”. Dessa forma o autor utiliza dois termos distintos como sinônimos: as empresas agroindustriais multinacionais e o agronegócio.

Já Ribeiro e Cleps Junior (2011) também tratam o termo Agronegócio como um modelo de desenvolvimento ou, ainda, como uma nova etapa de modernização técnica da agricultura no país. Para eles, os processos de luta social e política, comandados por organizações representativas de agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais retomam o debate acerca da questão agrária, bem como demonstram as disputas territoriais e os conflitos entre o que consideram o modelo de desenvolvimento do agronegócio e o modelo da agricultura camponesa/familiar.

Seguindo no mesmo padrão de raciocínio, citamos Delgado (2005) o qual destaca que a atividade agropecuária baseada no modelo do agronegócio ganha centralidade na gestão de conjunturas macroeconômicas adversas (sendo elas, especialmente, o alto endividamento público, a dependência externa e da necessidade de equilíbrio na balança comercial, incentivos para estruturação de empreendimentos agroindustriais assentados na grande propriedade fundiária e em produtos básicos e agroprocessados destinados à exportação).

Além disso, Delgado (2005, p. 84) acrescenta algumas observações consideradas questionáveis pelos autores desse ensaio. Para ele, o agronegócio:

[...] ao viabilizar-se como orientação concertada de política econômica, agrícola, e externa, imiscuindo-se no campo ambiental, agrava o quadro de exclusão no campo agrário. Este ajuste praticamente prescinde

da força de trabalho assalariada não especializada e da massa de agricultores familiares não associados ao agronegócio (3/4 do total). É também um arranjo da economia política que rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais. Nesse processo, converte-se o campesinato em imenso setor de subsistência, não assimilável ao sistema econômico do próprio agronegócio ou da economia urbana semi-estagnada.

Complementar a essas colocações, Fernandes (2008) alerta para a oposição entre camponês e agronegócio e, especialmente, destaca que a reforma agrária tem no agronegócio um inimigo: “as políticas de reforma agrária no Brasil, na Bolívia e no Paraguai, por exemplo, têm um forte obstáculo: o agronegócio” (FERNANDES, 2008, p. 77). Complementar a isso, Gonçalves (2004) destaca a inexistência de produção cultural onde atua o agronegócio bem como aponta que o mesmo é predador da sociobiodiversidade. Segundo ele, o “agro-negócio” produz somente capital, inexistindo festas populares onde o capital/agronegócio se territorializou.

Dentre autores que abordam agronegócio como sinônimo de empresas transnacionais que controlam o mercado agrícola mundial, temos a contribuição de Stedile (2006, p. 17):

Agronegócio é neoliberalismo da agricultura. Esse modelo neoliberal teve a sua amplitude também na agricultura. Selou-se uma aliança subordinada entre os grandes fazendeiros, os capitalistas, que se dedicam à exportação, com as empresas transnacionais que controlam o comércio agrícola internacional, as sementes, a produção de agrotóxicos e a agroindústria. O filhote desse matrimônio chamou-se agronegócio.

Contraditório a essas expressões acima destacadas, e corroborando a opinião dos autores desse ensaio, Jank (2005) destaca que essa divisão entre agricultura familiar e agronegócio é totalmente desnecessária. Para ele, a agricultura familiar é um segmento central do agronegócio, especialmente por que representa boa parte da produção agropecuária. Segundo Jank (2007, p. 42):

O Brasil tem sido pródigo em produzir falsas dicotomias, como a idéia do agronegócio contra a pequena agricultura, a agricultura patronal contra a agricultura familiar ou os grandes produtores contra os sem-terra. Qualquer pessoa que tenha estudado minimamente a matéria sabe que o agronegócio é apenas um marco conceitual para delimitar o sistema integrado de produção de alimentos, fibras e bioenergia. Todos os agricultores têm de se inserir no agronegócio, cedo ou tarde, sejam eles grandes ou pequenos, patronais ou familiares. [...] não existe “agricultura contra indústria”, “agronegócio contra agricultura familiar”, “alta tecnologia na indústria e atraso nas commodities”. (JANK, 2007, p. 42).

Guilhoto (2005) expressa a possibilidade concreta de coexistência dos dois modelos. Sua opinião fica clara no momento que afirma que cerca de um terço do agronegócio brasileiro é tributário da produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares, sendo que o desempenho recente da agropecuária familiar e do agronegócio a ela articulada é significativo e supera as taxas de crescimento relativas ao segmento patronal.

Seguindo na tentativa de apresentar intelectuais que contrariam a dicotomia entre agricultura familiar e agronegócio, não se pode deixar de mencionar Veiga (1996) e Schneider (2006). Veiga (1996) foi um dos pioneiros em defender a tese de que agronegócio não se contradiz com a agricultura familiar. Já Schneider (2006) alerta que no Brasil existe uma falta de entendimento sobre os modos de inserção das formas familiares de trabalho no capitalismo, o que gera contestações na Academia, nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos operadores e mediadores de políticas públicas, entre outros. Segundo ele:

[...] é preciso ir além desta simplificação e do maniqueísmo ideológico que lhe corresponde, pois a mera contraposição entre campesinato e agricultura familiar e, às vezes, agronegócio, pouco acrescenta ao entendimento da diversidade das formas familiares de produção e trabalho, das suas dinâmicas territoriais, das estratégias individuais e coletivas de reprodução e dos

processos de diferenciação social.
(SCHNEIDER, 2006, p. 8-9).

Autores como Wolffenbüttel (2007), Veiga (2004) e Abramovay (2003) também afirmam que o agronegócio no Brasil não é só uma atividade de grandes produtores e que não há oposição com agricultura familiar. Veiga (2004) condena a ideia de que a agricultura familiar seria rudimentar, sem competitividade e não inserida no agronegócio. Com isso, considera dispensável contrapor agricultura familiar a agronegócio. Complementar a isso, Abramovay (2003) opina que o *agribusiness* é composto fundamentalmente por agricultores familiares, os quais se firmaram em setores extremamente modernos, como a produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais.

Outra questão de importância a ser abordada, se refere ao uso dessa – aqui considerada – “falsa” dicotomia pelo Movimento dos Sem Terra (MST). Para Navarro (2007),

[...] o MST tem sido forçado a apelar para “novos temas” para se autojustificar e, desde então, são patéticas suas ações e demandas. Sempre procurando polaridades que facilitam o jogo político, a tentativa, por exemplo, de transformar o chamado “agronegócio” em alvo é apenas um desses equívocos (NAVARRO, 2007, p. A3).

Quanto a isso, Veiga (2004) também se posiciona ao complementar que o ato falho concentra-se na possibilidade de pesquisadores usarem o seu aparato na tentativa de dar racionalidade a uma questão puramente ideológica de um movimento social, tentando transformar essa ideologia com aspecto de comprovante científico.

Cabe salientar que, como já vimos nesse mesmo ensaio, nem todos compactuam da mesma opinião. Para Delgado (2001) de um lado estão os problemas agrários e, do outro, o agronegócio que, segundo ele, é protagonizado pelas grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de *commodities*. Para ele “é muito mais uma integração *business* do que agro, já que não há qualquer vinculação explícita desse projeto com a territorialidade nacional do setor rural e com os grupos rurais tradicionais da ‘idade de ouro’ da ‘modernização’” (DELGADO, 2001, p. 166). Complementar a isso, Oliveira acrescenta que “de um lado, está o

agronegócio e sua roupagem da modernidade. De outro, está o campo em conflito” (OLIVEIRA, 2004, p. 2).

Como se pode observar com as discussões acima apresentadas o travestir de um conceito com ideologias e/ou diversas interpretações acaba interferindo no âmbito acadêmico e nas discussões em nível de sociedade. Fica nítido que alguns autores usam o termo agronegócio de forma positiva e com base no conceito seminal, na tentativa de abarcar a dinâmica da agropecuária, para apresentá-la em sua importância econômica. Por outro lado, outros autores têm interesse em utilizar o termo com um significado político, objetivando mostrar como se dá a concentração de capital e a exploração do trabalho no campo e no setor agropecuário. As perspectivas teóricas utilizadas são distintas, bem como os objetivos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme relatado nas discussões apresentadas anteriormente, existem importantes divergências de opiniões entre autores no que se refere ao termo agronegócio. Ao mesmo tempo em que alguns teórico defendem ferrenhamente a contraposição entre agricultura familiar e agronegócio, outros fazem questão de demonstrar que se trata de uma falsa dicotomia. O que se buscou com esse artigo, foi levantar esses contrapontos, ao mesmo tempo em que se assume uma posição: contrapor agricultura familiar ao agronegócio corresponde a uma falta de domínio teórico e se apresenta como uma clara ideologização de conceitos.

Em 1982 Gramsci já alertava para a existência dos “intelectuais orgânicos”, sendo aqueles que emergem de dentro da classe e representam e elaboram o programa político dessa classe que representam. Estes - por vezes - acabam por defender certas ideologias, revestindo-as de integridade/justificativa científica. Porém, muitos destes intelectuais orgânicos, especialmente acerca do tema aqui discutido, apresentam uma clara deficiência teórica. Alerta-se para que não se acusa a deficiência teórica a todos que por uma escolha teórica acabam interpretando a teoria de forma distinta, mas alerta-se que alguns intelectuais orgânicos podem enfrentar esse problema.

Acerca dessa questão, Valente (2008, p. 55) opina:

Entre os intelectuais citados anteriormente que defendem a oposição do agronegócio à agricultura familiar – Delgado (2001, 2005), Oliveira (2004) e Fernandes (2001) – apenas

este último explicita em seu currículo Lattes o vínculo com o MST e o que diz e escreve deve ser expressão de posicionamento instintivo. Porém, considerando o título do artigo –"Quem sabe faz a hora não espera acontecer": o MST como movimento socioterritorial moderno –, Oliveira (2005) lhe é simpático. A mesma afirmação não se pode fazer sobre o economista do Ipea, mas ao respaldar essa oposição é persona grata no movimento social. Como membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e colunista do Correio da Cidadania, tem artigos reproduzidos nas páginas oficiais de várias organizações da sociedade civil. Ao que parece, não se trata de intelectuais de igual matiz (VALENTE, 2008, p. 55).

Complementando essa discussão, Gramsci (1989, p.12) apresenta a necessidade de combater as formulações do senso comum na tentativa de construir uma oposição conseqüente à sociedade capitalista. Dessa forma ele destaca:

[...] quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um "conhece-te a ti mesmo" como produto do processo histórico

até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário.

Dessa forma, o que se observa nesse discurso que contrapõe agricultura familiar e agronegócio é um misto de ideologização de conceitos com confusão e/ou desconhecimento teórico. Portanto, muitos desconsideram que o termo agronegócio é neologismo do conceito clássico de agribusiness e, assim, tem uma origem teórica clara, ou, ainda, reconhecem a origem e o significado do termo, mas o compreendem e utilizam de forma distinta, pois a ciência não é neutra e, desta forma, não será neutra a interpretação e utilização teórica. A constante reprodução de argumentos contra o agronegócio pode ter por objetivo reforçar a dialética dos intelectuais orgânicos dos movimentos sociais de luta pela terra, na tentativa de movimentar um público significativo. Porém, baseado nas considerações apresentadas anteriormente por Gramsci, o que se percebe é que acabam se reproduzindo noções de senso comum, sem análise crítica ou reflexões.

Ressalta-se ainda, que no que se refere ao campo teórico, não se encontra nenhuma consistência para que os autores desse artigo busquem a associação do termo agronegócio à grande exploração. O que se observa é que se associam ao termo as mais diversificadas formas de agricultura e de estabelecimento rural, independente de tamanho, forma de exploração ou tipo de comercialização.

Com essa explanação, se considera nesse ensaio que quem se utiliza do discurso agricultura familiar versus agronegócio acaba por utilizar a teoria de uma forma própria, distinta. Ou seja, utilizam o termo agronegócio num sentido político, para discutir problemas sociais brasileiros que são latentes e visíveis. Conforme exposto, esses teóricos não são superiores ou inferiores na academia se comparados àqueles que se opõem à dicotomia agricultura familiar e agronegócio, apenas se posicionam de forma diferenciada, abandonam o uso de uma teoria que consideram inapropriada, para a utilização de outra que melhor se adéqua a explicação das questões sociais que se propõem explicar.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R, MAGALHÃES, R. e SCHRÖDER, M. **A agricultura familiar entre o setor e o território**. Relatório de Pesquisa. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FEA/USP. <http://www.rimisp.cl/seccion.php?seccion=308,dez/2005>.

ABRAMOVAY, R. **É necessário cobrar resultados de assentados**: pesquisador defende lógica empreendedora da agricultura familiar para os assentamentos. O Estado de São Paulo, São Paulo, 21 dez. 2003. Nacional, p. 7. Entrevista.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: UCITEC/UNICAMP. 1992.

ARBAGE, A.P. **Custos de Transação e seu Impacto na Formação e Gestão de Cadeia de Suprimentos**: Estudo de caso em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, Tese de Doutorado, PPGA – UFRGS, 2004.

CARVALHO FILHO, J. Estudos Avançados – Entrevista. **Revista Sem Terra do MST** (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), número 22, ano VI, jan/fev, 2004.

COOPER, M. C. LAMBERT, D. M. **Issues in Supply Chain Management**. Industrial Marketing Management, v.29, p. 65-83, 2000.

DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R.A. **A concept of agribusiness**. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, set./dez. 2001.

DELGADO, G. C. **O agronegócio**: realidade e fantasia rondando o país. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/enev/docs/agronegocio.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2005.

DELGADO, N. G. Apresentação. In: MIRANDA, C. M. TIBURCIO, B. **Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial**. Brasília: IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 11, 2010.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FERNANDES, B. M. **Oportunismo e terrorismo**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 02 jun. 2006. Fórum de leitores.

FERRO, F.; PEDROSO, M. T. **Agronegócio x Agricultura Familiar**: podemos fazer um debate menos maniqueísta? Disponível em: <http://www.fetecpr.org.br/agronegocio-versus-agricultura-familiar-um-debate-menos-maniqueista>. Acesso em: 01 set 2011. Publicado em: 17 de setembro de 2008.

FETRASUL. **Agronegócio e Agricultura Familiar de mãos dadas?** – Resposta ao Professor Marcos Sawaya Jank. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul. Disponível em: <http://www.fetrasul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Agricultura-Familiar-Versus-Agronegocio.pdf>. Acesso em: dez 2005.

GOLDBERG, R.A. **Agribusiness coordination** - A systems approach to the wheat, soybean and Florida orange economies. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1968.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. (org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p.27-64.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRZYBOWSKI, C. Entrevista. In: MIRANDA, C. M. TIBURCIO, B. **Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial**. Brasília: IICA, Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 11, 2010.

GUILHOTO, J.J.M. et. All. **Agricultura Familiar na Economia** – Brasil e Rio Grande do Sul. Estudos Nead 9. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 44 p, 2005.

JANK, M. S. **Agronegócio versus Agricultura Familiar?** O Estado de São Paulo, 05/072005, p. A-2. 2005.

JANK, M. S. **Revedo as políticas agrícola e agrária.** O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 out. 2006. Espaço Aberto, p. A2. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/52882/1/noticia.htm> Acesso em: 23 mar. 2007.

LAMARCHE, Hugues. A agricultura familiar: comparação internacional. Tradução: ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LOPES, M. R. As Negociações Comerciais e o Setor do Agribusiness In: PINAZZA, L. A. ALIMANDRO, R. (Org.) **Reestruturação no Agribusiness Brasileiro:** Agronegócios no terceiro milênio. Ed. abag / Agroanalysis / FGV. Rio de Janeiro – RJ, 1999.

MDA/INCRA - Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar.** O Brasil redescoberto. Brasília: MDA/INCRA. 2000.

NAVARRO, Z. **Comédia agrária.** Folha de São Paulo, São Paulo, 22 abr. 2007. p. A3 Disponível em: <http://www.ids.ac.uk/UserFiles/File/Archive/fsp.doc>. Acesso em: 23 abr. 2007.

NEVES, Delma P. **Agricultura familiar:** quantos ancoradouros!. Disponível em: http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Bernardo2006_bibliografia/Agricultura_Familiar.pdf . Acesso em: 15 ago 2011. Publicado em: 2006.

OLALDE, A. R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm> . Acesso em: 15 ago 2011. Publicado em: 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. Quem sabe faz a hora não espera acontecer: o MST como movimento socioterritorial moderno. Revista da USP, São Paulo, n. 64, p. 156-172, dez./jan./fev. 2004-2005.

OLIVEIRA, A. U.; STEDILE, J. P. Cartilha “ A NATUREZA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL”. Publicação da Via Campesina Brasil, Fórum Nacional de Reforma Agrária maio de 2005.

RIBEIRO, R. M.; CLEPS JUNIOR, J. Movimentos sociais rurais e a luta política frente ao modelo de desenvolvimento do agronegócio no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 6, n. 11, p. 75-112, fev., 2011.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio**: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Texto para Discussão, 30, Brasília, Embrapa, 2008.

SCHNEIDER, S. Introdução. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **Diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 7-12.

SCHNEIDER, Sérgio. (2003). Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº 51, fev/2003.

SLACK, N. CHAMBERS, S. JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. Trad. Maria Teresa Corrêa de Oliveira e Fábio Alher. 2ª ed. Ed. ATLAS. São Paulo – SP, 2002.

STEDILE, J. P. A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país. **Revista Caros Amigos**. São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n.109, p. 17, abr. 2006.

STEDILE, J. P. Quem sabe faz a hora não espera acontecer: o MST como movimento socioterritorial moderno. Revista da USP, São Paulo, n. 64, p. 156-172, dez./jan./fev. 2004-2005.

TALAMINI, E. PEDROZO, E. A. **Matriz do Tipo Insumo-Produto (MIP) de uma Propriedade Rural Derivada do Estudo de Filière**. Teoria e Evidência Econômica, UPF, Passo Fundo - RS, v.12, n.22, maio 2004.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008, p. 139-60.

VALENTE, A. L. E. F. **Algumas reflexões sobre a polêmica agronegócio versus agricultura familiar** – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

VEIGA, J. E. da V. **Muita fantasia sobre um único assunto**. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 jan. 2004. Dinheiro, p. B2.

VEIGA, J. E. Política agrícola diferenciada. In: TEIXEIRA, E. C.; VIEIRA, W. da C. (ed.) **Reforma da política agrícola e abertura econômica**. Viçosa-MG: Universidade Federal de Viçosa, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WILKINSON, J. **Agronegócios e agricultura familiar**: entre confronto e diálogo. Brasília, Oxfam, 2007.

WOLFFENBÜTTEL, A. **Entrevista Ignacy Sachs**. Desafios do desenvolvimento, Brasília, n. 3, p. 10-15, 2007. Texto para Discussão, 29.

ZYLBERSZTAJN, D. NEVES, M. F. NEVES, E. M. **Agronegócio no Brasil**. Ed. Saraiva. São Paulo – SP, 2005.

Trabalho recebido em: 6 de julho de 2012

Trabalho aprovado em: 20 de fevereiro de 2013